

**EDOARDO GRENDI E GIOVANNI LEVI:
DA ANTROPOLOGIA À MICROANÁLISE HISTÓRICA (1977-1985)**

**EDOARDO GRENDI AND GIOVANNI LEVI:
FROM ANTHROPOLOGY TO HISTORICAL MICROANALYSIS (1977-1985)**

Daniel Precioso¹
Doutor em História
Universidade Federal Fluminense
Professor efetivo do Departamento de História
Universidade Estadual de Goiás
daniel.precioso@gmail.com

Resumo: Este artigo consiste em um breve exame do diálogo estabelecido entre Micro-História e Antropologia. O seu objetivo é avaliar a influência da antropologia econômica e da antropologia social sobre dois dos principais expoentes da chamada micro-história italiana: Edoardo Grendi e Giovanni Levi. Para tanto, o estudo se divide em três partes: na primeira, percorremos o caminho que liga os pressupostos da antropologia econômica de Witold Kula e Karl Polanyi aos interesses da micro-história social; na segunda, examinamos a influência exercida pela antropologia social para a construção da proposta da microanálise em Grendi; por último, em vista do caráter fundamentalmente empírico e experimental da micro-história, buscaremos delinear a forma como se deu a apropriação de abordagens e conceitos antropológicos em pesquisas concretas de Grendi e Levi, publicadas entre 1977 e 1985.

Palavras-chave: Antropologia Social; Antropologia Econômica; Micro-História italiana; Edoardo Grendi; Giovanni Levi.

Abstract: This article consists of a brief examination of the dialogue established between microhistory and anthropology. Its objective is to evaluate the influence of economic anthropology and social anthropology on two of the main exponents of the so-called Italian micro-history: Edoardo Grendi and Giovanni Levi. For this, the study is divided into three parts: in the first, we walk the path that links the assumptions of Witold Kula and Karl Polanyi's economic anthropology to the interests of social microhistory; in the second, we examine the influence exerted by social anthropology for the construction of the microanalysis proposal in Grendi; finally, in view of the fundamentally empirical and experimental character of microhistory, we will try to delineate the way in which the anthropological approaches and concepts were appropriated in concrete researches of Grendi and Levi, published between 1977 and 1985.

Key-Words: Social Anthropology; Economic Anthropology; Italian Micro-History; Edoardo Grendi; Giovanni Levi.

Texto recebido em: 19/11/2018

Texto aprovado em: 20/03/2019

¹ Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2584940992030825>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1605-7135>.

O que se convencionou chamar de *Microstoria* despontou no debate historiográfico, a partir da década de 1970, como um resultado de trocas de experiências entre um pequeno grupo de historiadores italianos, reunidos em torno da revista *Quaderni Storici*.² Carlo Ginzburg, Carlo Poni, Edoardo Grendi e Giovanni Levi compõem o grupo de historiadores que iniciaram o debate em torno do tema da microanálise, seguidos, posteriormente, na década de 1980, por alguns de seus alunos que contribuiriam com a coleção einaudiana *Microstorie*, tais como Simona Cerutti, Maurizio Gribaudi e Renata Ago.³

A micro-história italiana, porém, não havia se constituído enquanto “escola” e não possuía um “corpo de proposições metodológicas unificadas”, haja vista a heterogeneidade dos temas e das abordagens presentes em pesquisas realizadas pelos seus principais expoentes.⁴ A unidade da chamada micro-história italiana deve ser buscada na orientação essencialmente experimental de seus pesquisadores⁵ e na recusa de uma História Social dominante no meio acadêmico italiano nos anos 1970, que refletia sobre agregados anônimos acompanhados durante longos períodos.⁶ Sob essa ótica, a micro-história pode ser definida como um “sintoma historiográfico”, isto é, “como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos” (REVEL, 1998, p. 16).

Em um texto programático intitulado “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico” (1979), Carlo Ginzburg & Carlo Poni convidaram os historiadores a realizarem outra leitura do social, que tinha como objetivo uma narrativa histórica que acompanhasse os

² Segundo Edoardo Grendi (1998, p. 252), “o discurso micro-histórico começou a circular de modo informal no meado da década de 70.”

³ Simona Cerutti, ao lado de Ginzburg e Levi, dirigiu a *Microstorie* entre 1981 e 1992/3, quando a coleção foi cancelada (LIMA, 2006, p. 379).

⁴ Embora não haja um corpo único de métodos que perpassasse pesquisas de tão diferentes orientações dentro do limite cronológico proposto nesta pesquisa, podemos identificar pressupostos comuns que presidiram a análise dos micro-historiadores, cujos “elementos centrais” são o “empenho em interpretar a realidade social a partir dos seus próprios termos” e de “discutir a pertinência e as consequências teóricas de explorar conscientemente as diferentes escalas de observação” (LIMA, 2006, p. 386).

⁵ Para Giovanni Levi (1992, p. 133-162), o caráter experimental da micro-história explica a ausência de um texto fundador, de um mapa teórico da micro-história. Na opinião de Carlo Ginzburg (2007, p. 275-276), a especificidade da micro-história italiana reside justamente na aposta cognitiva de uma história guiada essencialmente pela atitude experimental, ou seja, pela convicção de que todas as etapas da pesquisa são construídas, e não dadas.

⁶ Esses dois elementos perpassam, igualmente, os artigos “Microanálise e história social” de Edoardo Grendi (2009 [1977], p. 19-38) e “O nome e o como” de Carlo Ginzburg & Carlo Poni (1991 [1979], p. 169-178).

agentes históricos pelo nome.⁷ Do mesmo modo, a intervenção feita dois anos antes por Edoardo Grendi em um debate sobre a história social italiana que transcorria nas páginas da *Quaderni Storici* sugere igualmente que, por detrás do rótulo “micro-história”,⁸ havia uma convicção, compartilhada pelos seus protagonistas, de que a redução da escala de análise propiciaria a exploração de uma realidade não acessível aos modelos estrutural-funcionalistas (GRENDI, 1977, p. 145).

A partir desses pressupostos, a proposição microanalítica de reconstruir o “vivido” tomou substância aos poucos em trabalhos de pesquisa empírica, fato que fez da micro-história italiana, antes de tudo, “uma proposta metodológica, com forte inspiração na antropologia social” (LIMA in ALMEIDA & OLIVEIRA, 2009, p. 137). No entanto, os pontos em comum existentes entre os principais nomes ligados à micro-história italiana param por aí.⁹ Como observou Henrique Espada Lima, “na medida em que o debate se tornou mais amplo e diversificado, aquele programa intelectual inicial foi bastante alterado” (LIMA, 2009, p. 137).¹⁰ A micro-história, “encontrando-se num contexto geral de discussões em torno da história social, da etno-história e da interdisciplinaridade,” ofereceu um “tecido de diálogos amplo e multifacetado” que, em suas diversas formas, era influenciado por “proposições tão diversas quanto a historiografia francesa ligada à revista *Annales*, a história social britânica, as tradições marxistas e socialistas italianas ou a antropologia social” (LIMA, 2006, p. 18 e 16).

Em 1994, Edoardo Grendi expôs o seu ponto de vista sobre a situação da micro-história italiana, revelando que “as proposições micro-históricas eram pelo menos duas, uma ‘social’ e

⁷ No texto – que é uma reprodução da comunicação lida ao congresso *Le Annales e La storiografia italiana*, realizado em Roma, em janeiro de 1979 – Ginzburg & Poni (1991, p. 176) definiram a micro-história como uma “prosopografia a partir de baixo”, apreendida através do que Poni chamou de “método nominativo”. Observa-se, assim, a confluência de discussões que remetiam à demografia história e à história marxista britânica.

⁸ Grendi preferia qualificar o “projeto” que se delineava em torno da *Quaderni Storici* e da coleção *Microstorie* de “microanalítico” ao invés de “micro-histórico” (LIMA, 2006, p. 373).

⁹ Não fortuitamente, Carlo Ginzburg relatou, em 1994, que, pelos idos de 1977 ou 1978, quando ouviu pela primeira vez da boca de Giovanni Levi a palavra “micro-história”, as suas conversas de então falavam dela como uma “etiqueta colada numa caixa historiográfica a ser preenchida.” Segundo Ginzburg, a adesão desse rótulo por parte de pesquisadores com preocupações tão diferentes deu-se, tão-somente, pela referência à escala reduzida de observação que o prefixo “micro” sugeria (GINZBURG, 2007 [1994], p. 249).

¹⁰ Como advertiu Lima, “a trajetória de Ginzburg e suas preocupações intelectuais não poderiam estar mais distantes das dos outros protagonistas da micro-história, como Giovanni Levi, Edoardo Grendi e mesmo Carlo Poni” (LIMA, 2009, p. 137).

outra ‘cultural’” (GRENDI *in* REVEL, 1998 [1994], p. 253).¹¹ Basta lembrar que, desde *Os andarilhos do bem* (1966), Ginzburg se ocupava com pesquisas sobre “crenças”, “atitudes religiosas” e “mentalidades” do mundo camponês da Itália do Antigo Regime. Em *O queijo e os vermes* (1976) e no livro sobre Piero della Francesca (1989), que foram publicados em meio ao debate que começava a aflorar nas páginas da *Quaderni Storici*, a micro-história de Ginzburg trilhou caminhos heurísticos estranhos às proposições de Grendi em torno da microanálise social, que eram também compartilhadas por Levi. Em 1977, Grendi propôs a reconstrução de teias de relações sociais através da recomposição de trajetórias individuais e de grupo por intermédio da documentação serial (paroquial e cartorial). Dois anos depois, no texto escrito em parceria com Poni – como, de resto, nos livros mencionados acima –, Ginzburg “abordou a história a partir da observação de um episódio singular, ou da análise de uma anomalia iconográfica localizada, na tentativa de investigar uma realidade mais profunda, que não havia deixado traços documentais” (LIMA, 2009, p. 137-138).¹² É digno de nota que as fronteiras entre contextualização social e cultural foram “borradas”, a partir dos anos 1980, quando as pesquisas dos micro-historiadores sofreram uma influência de questões lançadas pela antropologia cultural e simbólica (LIMA, 2006, p. 374-375). No entanto, em virtude desse debate extrapolar o recorte cronológico proposto nesta pesquisa, o balanço realizado nessas linhas não contemplará essas novas dimensões assumidas pelo “projeto microanalítico”. Desse modo, usaremos durante todo o artigo a divisão aludida acima, proposta por Grendi, entre orientações de pesquisa social e cultural, ainda que essa distinção possa parecer artificial perante a situação atual em que se encontra o debate em torno da micro-história italiana.¹³

Deixando de lado esses desenvolvimentos atuais da pesquisa micro-histórica, entre 1977 e 1985, Ginzburg e outros historiadores da cultura, por um lado, debatiam a história das

¹¹ Em seguida, muitos foram os comentaristas da micro-história italiana que reiteraram essa cisão entre vertente “social” e vertente “cultural” (Cf., por exemplo, REVEL, 1998, p. 15; BANTI, 1991, p. 134-46).

¹² Essas discussões foram elaboradas por Ginzburg em um texto de 1979, chamado “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. O ensaio, apesar de ter se tornando indissociável das propostas micro-históricas, esteve longe de obter a aceitação dos demais micro-historiadores (LIMA, 2009, p. 138). Como se sabe, a partir dos ensaios nos quais procurou aproximar história e morfologia – projeto que se concretizou somente em *História Noturna* –, Ginzburg se distanciou, em parte, dos pressupostos iniciais da micro-história italiana, operando também macroanálises de mitos e crenças – como, por exemplo, o sabá – observados em diferentes partes do mundo. Cf. os dois últimos ensaios da coletânea *Mitos, Emblemas, Sinais* (GINZBURG, 1989 [1986]) e *História noturna* (GINZBURG, 1991 [1989]).

¹³ Basta lembrar que, em 2004, Simona Cerutti (*in* CASTRÉN, LONKILA & PELTONEN, 2004, p. 17-40) propôs a unificação das contextualizações sociais e culturais como prática de pesquisa dentro da microanálise.

mentalidades, da cultura material e da religião; por outro, historiadores como Grendi e Levi atrelavam as suas preocupações àquelas da economia, da demografia e da história social, voltando-se para os estudos da família e da comunidade. Em meio a esse debate plural, “a antropologia histórica aparecia como um elemento unificador” (LIMA, 2006, p. 85). Todavia, apesar das duas vertentes da micro-história italiana terem construído a sua prática de pesquisa tendo por base o trabalho de campo antropológico, podemos afirmar que Grendi e Levi foram os micro-historiadores que mais detidamente dialogaram com a antropologia em busca de abordagens e de conceitos operatórios.¹⁴ Nas suas pesquisas, a antropologia econômica articulava-se à antropologia social, disciplinas que “foram fundamentais para a construção de uma proposta ‘microanalítica’” (LIMA, 2004, p. 59).

Doravante, os fundamentos antropológicos da microanálise de orientação social serão buscados em, pelo menos, três pensadores: Witold Kula, Karl Polanyi e Fredrik Barth.¹⁵ Desse modo, procuraremos demonstrar como a orientação antropológica presente nos estudos desses pensadores exerceu influência decisiva na elaboração da proposta microanalítica de Edoardo Grendi, lançada em seus estudos de 1977 e 1978 e, posteriormente, desenvolvida empiricamente em suas pesquisas e nas de Giovanni Levi.

Da antropologia econômica à antropologia social

Witold Kula: a concepção antropológica de “mercado” e o “cálculo” camponês

¹⁴ Ginzburg (2007 [1989], p. 280-293) aprofundou, em termos heurísticos, as possibilidades de aproximação entre o fazer historiográfico e a análise antropológica *in loco*, sobretudo através das analogias que estabeleceu entre o inquisidor e o antropólogo na produção dos registros documentais que julgava serem os mais ricos de dados imprevisíveis e reveladores: os processos criminais ou inquisitoriais. Esse procedimento analítico – aliado ao seu interesse por temáticas ligadas à antropologia – remete, no entanto, a um programa de pesquisa que se diferencia substancialmente daquele adotado por Grendi e Levi. Portanto, a exclusão de Ginzburg de nossa análise é justificada pela falta de afinidade entre a sua contextualização cultural e a contextualização social de Grendi e Levi.

¹⁵ Outros estudiosos serão “chamados para bailar”. Porém, o escopo de análise se voltará para esses três autores, cujas obras forneceram os principais elementos para a construção do projeto microanalítico de Grendi e Levi. E. P. Thompson também exerceu influência decisiva sobre a microanálise social, sobretudo através da noção de experiência, da ideia de *agency* e de sua concepção da história como disciplina do contexto. No entanto, em vista dos limites deste estudo, não abordaremos as relações entre a micro-história italiana e a história social britânica. Para um exame das relações existentes entre a obra de Thompson e a de Grendi (LIMA, 2004, p. 53-74). Também deixaremos de fora o tema da influência exercida pela historiografia francesa dos *Annales* sobre a micro-história italiana, o que, de resto, já foi assunto abordado no próprio texto “programático” de Ginzburg & Poni (1979).

Em *Teoria econômica do sistema feudal* (1962), Witold Kula (1916-1988) propõe um método para a teoria econômica. Segundo o economista polonês, a explicação de fenômenos que se repetem no tempo e o estabelecimento de “leis” econômicas demandam uma teoria, cuja elaboração “requer a construção prévia de um modelo” (KULA, 1979, p. 15). Cada sociedade, porém, deve ter a sua própria teoria econômica, que só possui valor se, na sociedade observada, aparecem os elementos introduzidos no modelo explicativo. Assim, quanto maior a quantidade de elementos incorporados ao modelo, mais rica é a teoria elaborada, mas menor o número de sociedades que ela abrange (KULA, 1979, p. 16).

Esse modelo de explicação revela a posição crítica do autor em relação à esterilidade de modelos abstratos e reducionistas, contra os quais sugere uma explicação complexa e capaz de apreender os elementos presentes nas sociedades observadas. Portanto, além de elucbrações teóricas, o livro de Kula apresenta um esquema de análise do funcionamento da economia a partir do exemplo concreto das relações de troca na Polônia, entre os séculos XVI e XIX. O recorte espacial-cronológico da pesquisa deixa transparecer a intenção do autor de “colocar o problema da complementaridade entre refeudalização do leste europeu e desenvolvimento do capitalismo ocidental” (GRENDI, 1978, p. 158). Assim, para explicar a racionalidade econômica de uma sociedade não assente em uma lógica de mercado, Kula propôs um método de investigação para a elaboração de modelos de análise construídos empiricamente, mas passíveis de teorização.¹⁶

Este “modelo qualitativo” corresponde ao objetivo de resgatar o cálculo econômico de senhores e servos, sujeitos envolvidos no sistema econômico feudal. Desse modo, as trocas comerciais são compreendidas por meio de um estudo do contato entre os sujeitos econômicos, ou seja, da reconstituição das relações interpessoais. Como observou Edoardo Grendi, a análise em escala “micro” de fenômenos de curta duração impôs-se ao modelo explicativo de Kula enquanto forma de análise das relações entre senhores e servos no interior dos feudos, abordagem que permite captar relações assimétricas entre sujeitos inseridos em um âmbito local (GRENDI, 1978, p. 129).¹⁷ Reside aí o valor do cálculo dos agentes históricos para a construção de modelos econômicos em *Teoria econômica do sistema feudal*. Para efeito da discussão aqui

¹⁶ A obra de Kula assinala, portanto, a passagem do nível da descrição para a teoria, pois na ideia de “sistema/modelo” está contida a ideia de “padrão”, entendido como um resultado de jogos entre as partes sociais.

¹⁷ Nas palavras de Grendi: “a antropologia econômica nos alerta para as relações interpessoais e, portanto, nos faz sublinhar a análise micro analítica” (GRENDI, 1978, p. 165).

proposta, cabe salientar que, no livro, os camponeses figuram enquanto indivíduos que fazem cálculos econômicos, os quais foram levados em consideração para o estabelecimento da racionalidade econômica da sociedade polonesa.¹⁸ Essa noção de modelo, construído a partir das intenções e negociações entre os agentes que vivem em uma determinada sociedade, influenciou microhistoriadores como Edoardo Grendi e Giovanni Levi.¹⁹

A análise dos “sistemas econômicos” proposta por Kula visava estabelecer regularidades (repetições no tempo), vislumbradas em fenômenos de curto e, sobretudo, de longo prazo.²⁰ Em meio às dinâmicas de curto prazo ou microeconômicas se encontram os cálculos dos senhores e dos camponeses. Conforme já observamos, ao encaminhar a questão basilar da racionalidade das decisões econômicas em sistemas que não eram assentados no livre jogo dos fenômenos de mercado, Kula levou em conta a racionalidade social, e não apenas a econômica (do lucro ou do preço), como “denominador comum” da economia. Assim, o historiador procurou entender de que maneira as lógicas sociais e culturais imiscuíram-se às econômicas, tornando as transações econômicas racionais. Essa concepção de racionalidade abriu margem para uma leitura antropológica da economia em sociedades *com* mercado, mas não *de* mercado.

A atividade econômica racional, segundo Kula, não é pautada por uma “racionalidade perfeita”, que visa minimizar os meios e maximizar os resultados, mas relativa, histórica. Logo, os cálculos econômicos são mecanismos imperfeitos, já que diferentes grupos, não raro, eram levados a tomar decisões irracionais do ponto de vista econômico, mas não do social. Em síntese, “o fato de um cálculo não se basear apenas em fatores econômicos não faz com que ele deixe de ser racional” (KULA, 1979, p. 165).

¹⁸ O livro de Kula é – sob essa ótica – revolucionário, pois, na década de 1960, os modelos de explicação da teoria econômica eram abstratos e desconsideravam as ações dos agentes históricos.

¹⁹ É válido ressaltar que Kula não pode ser considerado, propriamente, um microanalista. Basta lembrar que a sua ênfase recaiu nos fenômenos de longa duração, que julgava serem os mais importantes para a elaboração de sua teoria econômica. Ademais, a sua obra não estabeleceu um diálogo direto com a Antropologia, ainda que as suas proposições tenham aberto caminhos para o desenvolvimento da chamada “antropologia econômica”. O que se quer ressaltar é que o modelo que sugeriu para o estabelecimento de sistemas econômicos, ao considerar as racionalidades individuais, sugere uma redução da escala de análise.

²⁰ Segundo Kula, “as investigações de longo prazo não são de maneira nenhuma uma simples resultante dos processos a curto prazo. [...] Nas investigações a curto prazo predominam as variações oscilantes. O caráter direcional e cumulativo dos fenômenos econômicos só pode ser visível a longo prazo. [...] As tendências de longo prazo consistem em numerosos fatos que se dão periodicamente ou de forma continuada e cuja ação é irreversível. Os efeitos desses fatos acumulam-se e provocam uma alteração das estruturas” (KULA, 1979, p. 105, 174 e 111).

Ao trabalhar com o mercado de terra na região do Piemonte durante o Antigo Regime, Giovanni Levi – à exemplo de Kula – reconheceu as interferências de elementos não-monetários na ação dos sujeitos econômicos. Em *A herança imaterial* (1985), a racionalidade do cálculo econômico da venda e da compra de terras no mercado piemontês foi ponderada por fatores extra-econômicos, tais como a dotação de filhas em idade de se casar e a herança deixada aos filhos homens. Levaram-se em conta, então, as alianças e as transmissões de bens (LEVI, 2000 [1985]). Assim, para Levi (in OLIVEIRA & ALMEIDA, 2009, p. 87), a terra no Piemonte do Antigo Regime não era uma mercadoria como as outras, no sentido capitalista do termo, pois o cálculo camponês na sua transação não respeitava a uma lógica de lucro.²¹ A influência de Kula pode ser observada, ainda, em *Centro e Periferia di uno Statu Assoluto* (1985),²² obra em que Levi, ao tecer críticas à história econômica tradicional e propor uma aproximação com a antropologia, afirma que o historiador da economia deve construir modelos de comportamentos, das escolhas e das estratégias dos sujeitos.²³

Antes mesmo que Giovanni Levi, Edoardo Grendi, em *Polanyi: dall'antropologia economica alla microanalisi storica* (1978), ressaltou a potencialidade da abordagem antropológica do mercado e do modelo proposto por Kula para análise de sociedades camponesas do Antigo Regime (GRENDI, 1978, p. 129, 130 e 139).²⁴ Afora o cálculo dos agentes econômicos, a análise em escala reduzida de fenômenos de curta duração e a sugestão de uma abordagem antropológica das relações de troca, os demais aspectos da obra de Kula se afastam das problemáticas da micro-história italiana. É preciso lembrar que a leitura de Kula acerca do sistema feudal possui uma forte dose do marxismo do período da Guerra Fria e pouca

²¹ A interferência de *Teoria econômica do sistema feudal* na obra de Levi pode ser ilustrada por meio de uma passagem do texto de Kula, em que o historiador reproduz uma conversa entre um lavrador e um técnico em economia: “Um técnico de pecuária que aconselhava um camponês a vender as suas seis vacas e comprar em troca três vacas de boa raça, demonstrando-lhe com números que a transação seria rentável, [ouvindo] a seguinte resposta (a história passava-se no Maciço Central): ‘Se só tiver três vacas, o meu filho não se pode casar com a filha de um lavrador rico da qual está noivo’. Creio que este camponês agia racionalmente do ponto de vista estritamente econômico: o dote da futura nora representava certamente um lucro maior do que aquele que poderia esperar das três vacas de boa raça” (KULA, 1979, p. 205-n.7).

²² Esse livro reúne, com pequenas alterações, cinco artigos publicados por Levi entre 1971 e 1978.

²³ Segundo Levi (1985, p. 152), o equívoco de se estabelecer os fatos pelas estruturas nos leva a desconsiderar as escolhas que eles expressam, implicando impessoalidade e exclusão do sujeito.

²⁴ Nos anos de 1970/71, Grendi ministrou, na Universidade de Turim, um curso dedicado à história do pensamento econômico sob o título de “Teoria dos sistemas e formas econômicas. Marxismo – História – Antropologia”. O curso explorava as interpretações de Karl Marx e de Karl Polanyi e, “do mesmo modo, discutia as contribuições de Kula, Chaianov, Slicher Van Bath, a teoria econômica e a antropologia” (LIMA, 2006, p. 177).

influência dos *Annales*. Além disso, o problema central de Kula – como já destacamos – era o de lançar as bases de uma teoria, derivada da análise de fenômenos econômicos cumulativos, observados em longa duração. Essas características da obra do economista polonês, sem dúvida, são estranhas ao programa metodológico proposto pelos micro-historiadores italianos, ainda que *Teoria econômica do sistema feudal* preconizasse uma leitura antropológica das relações econômicas em sociedades não-industrializadas e não-capitalistas, particularmente importante para as reflexões de Levi e Grendi.

A influência mais direta da antropologia econômica sobre os historiadores da vertente social da micro-história italiana adviria, contudo, da obra do economista húngaro Karl Polanyi (1886-1964).

Karl Polanyi e a perspectiva “substantivista”

Em *A grande transformação* (1944), Polanyi dialogou com a história, com a sociologia clássica e com a antropologia aplicada com o objetivo de estabelecer o significado cultural e social da imposição de uma sociedade de mercado na Inglaterra do século XIX, a partir da Revolução Industrial. O ponto de partida adotado por Polanyi é o de que a economia não fornece a única e nem a principal chave para a explicação da formação da sociedade capitalista. A imposição da lógica de mercado aos trabalhadores em geral – nos termos de Polanyi, a “trágica” formação de uma sociedade de mercado – deve ser buscada, antes, nas esferas social e cultural.²⁵ Nesse ponto, observamos a interferência de proposições do socialismo utópico de Robert Owen: a crise da sociedade moderna, que parecia *a priori* um problema de viés econômico era, antes de tudo, uma questão de ordem sócio-cultural.²⁶ Sob o ângulo econômico, poder-se-ia argumentar que o trabalhador era explorado economicamente, pois não lhe era pago o que, de fato, era devido. Mas o aspecto mais “dramático” da imposição de um mercado auto-regulável²⁷

²⁵ Para Polanyi, o advento da sociedade de mercado só pode ser compreendido se levarmos em consideração a sua relação com os aspectos sociais que estavam em jogo (LIMA, 2006, p. 61).

²⁶ A influência do pensamento de Owen, reformista social do século XIX, reside no reconhecimento de que as instituições econômicas têm um impacto no autorreconhecimento cultural dos agentes sociais. De acordo com Polanyi, o reconhecimento mais profundo da implantação da “utopia antissocial” de um mercado autorregulado deve-se à Owen, e não à Marx.

²⁷ O “mercado autorregulado” é aquele não determinado pela sociedade, mas que opera tão-somente de acordo com a lei da oferta e da procura.

residia, pontualmente, na aniquilação do bem-estar social. Na medida em que o novo princípio de organização econômica que fora criado por intervenção estatal tinha implicações na vida social, os trabalhadores viam, sem nada poderem fazer, alterarem-se as suas relações de vizinhança, as suas posições na comunidade e os seus ofícios. Em suma, o advento da lógica de mercado, com todas as suas implicações na organização social, desestabilizou “as relações com a natureza e o homem dentro das quais sua existência econômica estava formalmente encapsulada” (POLANYI, 1957, p. 129).²⁸

A *grande transformação* demonstrava, portanto, que a compreensão da sociedade inglesa deveria partir dos seus próprios termos, em uma palavra, de sua alteridade (Cf. GRENDI, 1971 *Apud*. LIMA, 2006, p. 62).²⁹ “A antropologia – a disciplina que, por excelência, coloca a alteridade como o seu objeto de estudo – oferecia as possibilidades mais proveitosas de diálogo” (LIMA, 2004, p. 62). O exemplo da antropologia, para Polanyi, reforçava a sua crítica à “utopia antissocial” da sociedade de mercado, que, caso fosse “desnaturalizada”, perderia a sua força de explicação *a priori*. Polanyi se propunha, assim, a analisar as situações concretas que constituíram a chamada sociedade de mercado: o seu advento, na Inglaterra do século XIX, deve ser entendido no interior do universo cultural e ético da sociedade inglesa que antecedeu à Revolução Industrial. “A perspectiva ‘substantivista’ de Polanyi, inspirada na antropologia, voltava-se então para o concreto das relações econômicas, afastando-se das abstrações da teoria econômica” (GRENDI, 1972, p. XXIX *Apud*. LIMA, 2006, p. 62-63).

A abordagem proposta por Polanyi, na visão de Grendi, abriu novos caminhos para os historiadores das sociedades não industriais e não capitalistas, que passaram a enxergar analogias existentes entre as sociedades agrícolas estudadas pelos antropólogos e as sociedades da Europa de Antigo Regime. Em outras palavras, caso sejam analisadas pela ótica das comunidades e dos povoados, as sociedades não européias (não capitalistas e não industriais) podem ser comparadas, em termos de analogia, com as sociedades européias de Antigo Regime.

²⁸ Com o advento de uma economia de mercado (autorregulado), em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. Segundo Polanyi, “desde o princípio, a sociedade humana tinha se tornado um acessório do sistema econômico” (POLANYI, 1957, p. 75).

²⁹ Em 1977, Grendi advertiu que o objetivo da historiografia social é “conquistar a distância cultural da sociedade que estamos vivendo, objetivá-la nos seus conteúdos de relação, reconstruir a evolução e a dinâmica dos seus comportamentos sociais” (GRENDI, 2009 [1977], p. 36).

A antropologia das sociedades complexas, que estudava o mundo camponês subdesenvolvido, poderia, então, servir de exemplo aos historiadores das sociedades camponesas do passado.³⁰

A perspectiva de Polanyi havia interessado especificamente a Grendi na medida em que permitia desnaturalizar o “mercado” (considerado como uma forma histórica) [...]. Desse modo ele abria o caminho para o interesse pelas sociedades de “não mercado” a partir delas mesmas, isto é, das situações concretas que as constituíam (LIMA, 2004, p. 61).

No entanto, “a atenção de Grendi às conclusões de Polanyi não se justificava apenas pelo seu caráter ‘antieconomicista’ e pelo exame de situações concretas que constituíam as sociedades [como, de resto, verifica-se em Kula], mas principalmente pelo alcance ‘antropológico’ presente na sua argumentação” (LIMA, 2004, p. 61).³¹ É válido notar, porém, que não obstante considerasse Polanyi, ao lado de Karl Marx, o autor que provia a interpretação heurística mais importante sobre a origem do capitalismo,³² Grendi adotou uma postura crítica em relação a alguns aspectos presentes em *A grande transformação*. Um deles se refere à sobrevalorização dada por Polanyi aos caracteres de estabilidade das sociedades estudadas em detrimento das assimetrias e dos desequilíbrios existentes nos sistemas sociais (Cf. LIMA, 2004, p. 66). Entretanto, o maior problema do livro de Polanyi, na visão de Grendi, residia no modelo geral de mudança proposto pelo economista húngaro.

A explicação para a formação das sociedades de mercado dada por Polanyi se alicerçava na crença da existência do que chamou de “duplo movimento”: de um lado, a imposição da sociedade de mercado aos proprietários e aos trabalhadores através da ideia de existência de um mercado autorregulado; de outro, a força contrária que emanava da sociedade, consistindo na reação defensiva àquela imposição. É justamente o antagonismo existente entre esses dois “movimentos” que explica a “grande transformação” que ocorreu com o advento da sociedade de mercado. Grendi identificava uma mecanicidade nesse modelo “morfológico institucional”,

³⁰ Como observou Henrique Espada Lima (2004, p. 62), a explicação da economia agrária consistia, por um lado, na grande insuficiência da teoria econômica; a antropologia, por outro, havia sido a disciplina que mais direcionou sua atenção para este mesmo mundo.

³¹ Em *A grande transformação*, Polanyi citou fartamente trabalhos de antropólogos, dentro os quais, Malinowski, R. C. Thurnwald e R. Firth.

³² “Em um curso universitário, ministrado e publicado entre 1970 e 1971, sobre a história do pensamento econômico, Grendi comparava as duas interpretações que lhe pareciam heurísticamente mais importantes sobre a origem do capitalismo: a de Karl Marx e a de Karl Polanyi” (LIMA, 2004, p. 59).

afirmando que a “epistemologia mecanicista” de Polanyi não era capaz de articular um modelo explicativo para a dinâmica histórica do surgimento da sociedade de mercado (GRENDI, 1976, p. 637 *Apud*. LIMA, 2004, p. 63).

Os limites reconhecidos por Grendi na obra de Polanyi não o impediram, porém, de enxergar novas perspectivas teóricas abertas (mas não resolvidas) por *A grande transformação*. Na avaliação de Grendi, ao operar ao mesmo tempo como economista, historiador e antropólogo, Polanyi confrontou “os princípios e comportamentos humanos na realidade social” com as categorias da teoria econômica. O *déficit* do livro, entretanto, residia no diálogo entre história e antropologia, que deveria ser aprofundado para se alcançar uma melhor compreensão das ditas sociedades “etnológicas” e “históricas” (GRENDI, 1976, p. 637 *Apud*. LIMA, 2004, p. 63). Em consequência disso, Polanyi não recorreu a um dos principais recursos oferecidos pela antropologia: a análise dos comportamentos humanos em escala “micro”. “A microanálise histórica se propunha, no juízo de Grendi, a fazer exatamente isto” (LIMA, 2004, p. 63). Logo, a convergência entre as perspectivas histórica e antropológica só poderia de fato ocorrer em um campo comum, provido pela microanálise (GRENDI, 1978, p. 2).

Essa abordagem foi sugerida por Grendi em seu artigo de 1977, “Microanálise e história social”, e desenvolvida, um ano depois, no livro *Polanyi: dall’antropologia economica alla microanalisi storica*.³³ Nesse último, encontram-se todos os elementos da proposta de Polanyi que foram importantes à síntese da microanálise histórica: a articulação entre a antropologia econômica e a história social, a crítica aos modelos funcionais-estruturais, a atenção dada aos elementos concretos da vida social para a construção dos modelos explicativos etc. Em *Polanyi*, Grendi enfatizou, portanto, o valor heurístico da proposta do economista húngaro, com atenção especial às suas sugestões de pesquisa e aos caminhos abertos pela sua obra.

A ideia de microanálise, porém, foi buscada por Grendi, sobretudo, na obra de Fredrik Barth (1928-).³⁴ *Grosso modo*, na leitura das sociedades camponesas da Itália do Antigo Regime, realizada por Grendi, se confluem 1) a perspectiva “substantiva de Polanyi” e 2) o

³³ Como observou Henrique Espada Lima (2004, p. 63), o artigo de 1977 “costuma ser encarado como ponto de partida efetivo do debate sobre a micro-história na Itália,” sendo que “a ideia de ‘microanálise’, como uma proposta de pesquisa para a história social, se materializa paulatinamente nos trabalhos de Grendi durante os anos 70.”

³⁴ “[A] apropriação da ‘intuição’ de Polanyi na direção da microanálise (uma perspectiva que, de resto, era indiferente ao autor húngaro) era certamente mediada, no caso de Grendi, pelas discussões em torno da história social e pela antropologia social posterior a Polanyi que operava, na Inglaterra, a crítica aos limites dos modelos estrutural-funcionalistas” (LIMA, 2004, p. 64).

“individualismo metodológico” de Barth. Assim, para fundamentar as sugestões de Polanyi e estreitar o diálogo entre história e antropologia, Grendi buscou inspiração na obra do antropólogo norueguês, cuja análise micro-sociológica foi fundamental na síntese de sua proposta analítica, seguida também por Levi.³⁵ Foi justamente o diálogo com a antropologia social que propiciou o aprofundamento dos temas da assimetria e dos desequilíbrios inerentes aos sistemas sociais, elementos importantes de análise que foram pouco explorados em *A grande transformação*.³⁶ Nesse sentido, o diálogo com Barth foi decisivo.³⁷

Da antropologia social à microanálise histórica

Fredrik Barth: o modelo generativo e o “individualismo metodológico”

As questões fundamentais da Antropologia Social, na visão de Fredrik Barth, se referem às formas, à natureza e à extensão da ordem apresentadas na vida social humana em diferentes partes do mundo. Assim, diante da imprevisibilidade da vida social, a tarefa do antropólogo é descobrir, registrar e entender as suas formas. Para tanto, Barth propõe uma análise antropológica fundamentalmente empírica: descobrir e registrar, e não comentar e avaliar, o que faz de sua antropologia uma disciplina diferente das ciências naturais (BARTH, 1981, p. 14-15).³⁸

Barth contrapõe ao modelo explicativo da Antropologia Funcionalista o que chamou de “modelo generativo”. Na concepção da antropologia clássica, os modelos explicam e

³⁵ Podemos estender as implicações dos estudos de Polanyi e Barth também à obra de Giovanni Levi, que bebeu na fonte da antropologia econômica e da antropologia social em suas assertivas acerca da transmissão da terra no Piemonte e na Ligúria da Idade Moderna. Vide, por exemplo, a discussão de Levi sobre a desnaturalização do mercado e o caráter não-capitalista da terra no Piemonte. Segundo Levi (*in* OLIVEIRA & ALMEIDA, 2009, p. 87), *Economie primitive, archaiche e moderne* de Polanyi consistiu em uma leitura importante para refutar o postulado de que, no Piemonte do Antigo Regime, “tudo aquilo que é comprado e vendido foi produzido para a venda”, o que, para a terra, era manifestamente falso. Além disso, Levi afirma que a sua descrição do trabalho, da terra e da moeda enquanto “mercadorias fictícias” foi organizada por categorias presentes na obra de Polanyi. Vide o capítulo 6, “O mercado auto-regulável e as mercadorias fictícias: trabalho, terra e dinheiro”, de *A grande transformação*.

³⁶ Na avaliação de Grendi, Polanyi sobrevalorizou os caracteres de estabilidade das sociedades que estudou (Cf. LIMA, 2004, p. 66).

³⁷ Como observou Paul-André Rosental (*in* REVEL, 1998, p. 153), “a obra de Barth forneceu muitos dos componentes [metodológicos] mais importantes da micro-história social italiana.”

³⁸ O método antropológico de Barth constitui um procedimento – *não* uma teoria (Cf. BARTH, 1981, p. 81; BARTH, 2000, p. 177).

descrevem a realidade. Desta sorte, o “antropólogo clássico” adéqua o modelo à realidade social, mas, como argumenta Barth, a realidade é sempre mais complexa que o modelo explicativo. Frente à complexidade das formas da vida social, os antropólogos funcionalistas sempre se deparam com práticas desviantes, que não são integradas em seus modelos por serem vistas como exceções. Para Barth, as ações desviantes dos agentes, longe de serem excepcionais, constituem um traço fundamental dos sistemas sociais. Nessa óptica, os desvios são importantes porque servem ao propósito de demonstrar que a sociedade está sempre em movimento, em constante remodelação. Subjacente às práticas desviantes, na leitura social de Barth, encontra-se a premissa de que os agentes realizam, a todo o momento, uma releitura do modelo. Poder-se-ia falar, então, de ações “atualizantes” ao invés de “desviantes”. É preciso ressaltar, contudo, que, ao lançar a sua definição da sociedade, Barth não nega totalmente a capacidade de explicação dos modelos antropológicos clássicos. O antropólogo norueguês pretende, precisamente, chamar a atenção para o fato de que os sistemas sociais não são estáticos, mas dinâmicos.

Como salientou Barth, para os antropólogos funcionalistas, a sociedade apresenta-se como um sistema moral. No modelo antropológico funcional-estruturalista, a posição do *status* é especificada através de uma série de direitos e obrigações que sumariza *todos* os aspectos regulares do comportamento que está associado com o *status* (BARTH, 1981, p. 35).³⁹ Assim, ao indicar a possibilidade de descrever certas *características gerais*, Radcliffe-Brown sugere que a investigação do sistema social volta-se para a natureza repetitiva dos fatos. Desse modo, a primeira caracterização descritiva dos resultados deve envolver uma frequência, consistindo a sua finalidade em descobrir alguma distribuição não-fortuita nas ações observadas em campo, ou seja, em explicar o padrão de frequência ou as regularidades observadas *in loco* (BARTH, 1981, p. 34). Apesar de esse modelo ser seguido por Barth em um primeiro momento, o “problema central” de sua análise “são os constrangimentos e incentivos que canalizam as escolhas”, pois “os padrões são gerados pelos processos de interação e, em sua forma, refletem os constrangimentos e os incentivos subjacentes a cada ação social” (BARTH, 1981, p. 36).⁴⁰

³⁹ Segundo Barth (1981, p. 36), os processos de interações são negligenciados nesse modelo, pois “o protótipo de análise processual foca não os processos que surgem dos fatos sociais, mas de fatos biológicos.” O conceito de *status* é um exemplo dessa negligência, afirma o antropólogo.

⁴⁰ Para Barth (1981, p. 36), “constrangimentos e incentivos para padrões frequentes de comportamento na população são complexos, mas tem uma estrutura própria.”

Processando em sua análise o que Edoardo Grendi chamou de “individualismo metodológico” (Cf. GRENDI, 2009, p. 27), Barth afirma que “a forma na vida social é constituída por uma série de regularidades em um largo corpo de itens individuais de comportamento” (BARTH, 1981, p. 32). Segundo o antropólogo norueguês, muito esforço tem sido despendido na Antropologia Social para a construção de modelos ou padrões descritivos dessas formas, visando-se, geralmente, a exibição de características estruturais da sociedade. O modelo proposto por Barth, porém, é de outro tipo: “ele não é designado para ser homólogo com regularidades sociais observadas; ao invés disso, é projetado de forma que, através de operações especificadas, podem *gerar* tais regularidades ou formas” (BARTH, 1981, p. 32). Assim, “para explicar uma forma, é necessário descobrir e descrever os processos que a geraram” (BARTH, 1981, p. 33). Nesse sentido, a coletânea de ensaios *Process and form in social life* (1981) de Fredrik Barth apresenta um modelo através do qual podemos analisar um *processo* e entender a variedade de *formas* complexas que ele produz:⁴¹ o que equivale a dizer que, “para estudar formas sociais, é certamente necessário descrevê-las” (BARTH, 1981, p. 35-36).⁴² O que se desenha, pois, é uma concepção de pesquisa antropológica fundamentalmente empírica, segundo a qual “é preciso confrontar o modelo com os fatos” (BARTH, 1981, p. 16).

Barth identifica três tipos de modelos ou elementos mais comuns através dos quais os antropólogos determinam as ações observadas em campo: a) o sistema *jural* de regras; b) o sistema de categorias cognitivas; e c) o sistema interacional (BARTH, 1981, p. 30). O sistema jurídico (ou das regras jurais) leva em consideração as obrigações morais e os direitos interpessoais que encarnam em uma dada cultura.⁴³ O sistema cognitivo refere-se às interpretações do sistema *jural* realizadas pelos agentes sociais em observação, sendo que as ações destes podem atualizar aquele sistema. O modelo construído a partir dos elementos desse sistema, segundo Barth, permite captar as estruturas mentais, mas não explica os fatos de instabilidade e o grau de desordem que caracteriza a realidade social. Por último, o sistema interacional descreve os constrangimentos aos comportamentos individuais que surgem do

⁴¹ “As formas sociais [...] podem ser consideradas como resultados de processos – elas são distribuições de frequência de comportamento que podem ser explicadas como resultado de processos sociais que agem em um número limitado de determinantes” (BARTH, 1981, p. 61).

⁴² Barth se opõe ao modelo de Radcliffe-Brown na medida em que a “realidade concreta” que está preocupado em observar, descrever, comparar e classificar é o processo, ou melhor, o processo da vida social de alguma região particular do planeta em um determinado tempo (Cf. BARTH, 1981, p. 34).

⁴³ O modelo *jural* foi introduzido na disciplina antropológica por Radcliffe Brown.

comportamento dos outros nos sistemas sociais. É justamente esse modelo que informa sobre o caráter complexo da sociedade, isto é, que fornece elementos para se captar a sociedade em movimento. Nas palavras de Barth:

O terceiro modelo, me parece, oferece um grande escopo para investigações empíricas da natureza e do grau de ordem, com atenção à frequência relativa do comportamento, aos determinantes dessa ordem e aos processos sociais observados por meio dos atos (BARTH, 1981, p. 31).

Não obstante a sua ênfase nas potencialidades abertas pelo terceiro modelo, que permite captar o caráter dinâmico da sociedade por meio da análise das relações interpessoais, Barth afirma que é necessário levar em consideração os três modelos.⁴⁴

Tendo em vista a existência de diferentes *status* entre as pessoas de uma sociedade, Barth chama a atenção para o fato de que é preciso entender a natureza da interconexão entre eles. Diante disso, cabe ao antropólogo a montagem de um modelo generativo que contemple as regras construídas em uma dada sociedade para governar a combinabilidade de *status*. Segundo Barth, “uma base para tais regras pode ser encontrada na natureza transacional da maioria das relações interpessoais” (BARTH, 1981, p. 37). Nesse contexto, o conceito de troca ou transação ganha importância analítica,⁴⁵ pois, em virtude da reciprocidade das ações possuir uma estrutura, permite uma análise por meio de um modelo estratégico, semelhante ao de um jogo (BARTH, 1981, p. 38). “A estrutura descrita neste modelo é uma sucessão através do tempo – em outras palavras, é um modelo de processo” (BARTH, 1981, p. 39) –, servindo como um protótipo para o modelo processual de interação (modelo generativo).⁴⁶

Nas transações culturais deve haver reciprocidade, de modo que A e B devem obter ganho.⁴⁷ É justamente isso que dá unidade ao sistema, permitindo o seu funcionamento. Na

⁴⁴ No capítulo 5 de *Process and form in social life*, Barth se queixa do fato de terem interpretado sua visão apenas através do terceiro modelo.

⁴⁵ “Uma medida da importância analítica de tal conceito de transação é o fato de que ele está implícito em toda a nossa ideia de valores” (BARTH, 1981, p. 40).

⁴⁶ “É um modelo por meio do qual a pessoa pode gerar formas de acordo com as regras de estratégia, determinando os parâmetros de valor” (BARTH, 1981, p. 39).

⁴⁷ O *status* dos indivíduos envolvidos em um processo de transação pode variar de situação para situação. É, portanto, referencial. O cálculo ou escolha do indivíduo visa uma estratégia, ou seja, através de sua ação, o indivíduo pretende obter um ganho. Isso implica uma interpretação das relações de poder. Assim, mesmo o indivíduo em posição subalterna, ou seja, que possui menos recursos que o(s) outro(s) indivíduo(s) envolvido(s) na ação, também calcula um ganho, operando estratégias em sua ação social.

base das escolhas realizadas pelos indivíduos estão os valores,⁴⁸ que consistem em visões sobre o significado de preferências e ações, critérios de referência através dos quais as escolhas são feitas (BARTH, 1981, p. 49). Segundo Barth,

Em um sistema em curso, onde padrões de comportamento são gerados por um jogo de valores compartilhados, a resolução de dilemas individuais de escolhas por meio da construção de princípios de avaliação mais abrangentes terá um efeito de retorno sobre os valores compartilhados (BARTH, 1981, p. 52).

Assim, “a acumulação resultante das escolhas produz padrões que novamente afetam e modificam as escolhas” (BARTH, 1981, p. 52). Portanto, os valores que guiam as escolhas realizadas pelos indivíduos nas suas transações são progressivamente sistematizados, estabelecendo conexões pré-existentes e promovendo inovações (BARTH, 1981, p. 56).

Em resumo, para Barth, a sociedade é um “grande jogo”. As conversações e outras modalidades de interação podem ser definidas como um conjunto de práticas que informam a ação (o evento em si). Um “jogador” A, por exemplo, escolhe uma determinada estratégia prevendo uma relação/interpretação de outro “jogador” B, o que é imprescindível para os próximos passos dessa cadeia de interação. Logo, as ações não são unilaterais, pois “[...] toda interação está inserida em *redes sociais* mais amplas: pode-se formular a regra de que todo ato social envolve pelo menos três partes – eu, você e eles” (BARTH, 1981, p. 175).⁴⁹

Enfim, a concepção interacionista da sociedade propalada pelo antropólogo norueguês mostra-se eficiente na superação da dicotomia indivíduo *versus* grupo. Nas palavras de Barth,

Muito mais condizente com as minhas intenções analíticas seria falar em termos dos conceitos emparelhados de ato *versus* sistema social, ou para vários propósitos, micro *versus* macro. Em minha opinião, tais dicotomias devem ser vistas para referir não a tipos diferentes, e certamente não para graus diferentes, de realidade; antes, nós podemos os considerar como faces diferentes de uma mesma realidade (BARTH, 1981, p. 79-80).

⁴⁸ Os valores são criados nas transações (Cf. BARTH, 1981, p. 51). “[...] são fatos empíricos que podem ser descobertos – não são construções de analistas, mas visões detidas pelos atores entre eles” (BARTH, 1981, p. 49). “A vida social é gerada pela ação dos atores. Esta ação, ou escolha, seria baseada em valores” (BARTH, 1981, p. 102).

⁴⁹ “As interações seriam, assim, jogos atravessados por conflitos e tensões, onde os agentes procuram maximizar seus interesses. Por seu turno, isto implica em considerar cada grupo ou pessoa como ponto de encontro de várias relações, leia-se estrela de uma rede social” (FRAGOSO *in* ALMEIDA & OLIVEIRA, 2006, p. 35).

Esse excerto torna evidente a relevância dos pressupostos metodológicos de Fredrik Barth para o desenvolvimento da proposta da microanálise social de Grendi e da variação de escala de observação de Levi. Ambos enfatizaram que o alcance da micro-história não coincide apenas com a busca do particular (abordagem monográfica ou história local), já que ela pretende atingir conclusões de alcance geral (Cf. ROSENTAL, 1998, p. 152). As confusões mais frequentes acerca da micro-história italiana decorrem da incompreensão de que a redução da escala de análise não aprisiona a explicação histórica em um nível “micro” da realidade social, que é uma só – a divisão entre “macro” e “micro” é um recurso ou artifício formal de análise, não existindo uma divisão paralela na realidade social.⁵⁰ Na realidade, o prefixo “micro” alude à redução da escala empregada para entender a história geral, ou seja, remete a um pressuposto analítico que parte do particular para atingir o geral.⁵¹ Segundo Levi, o uso desse procedimento de pesquisa pressupõe a observação aproximada de fenômenos ditos gerais por meio do recurso à redução da escala de análise. Esse procedimento pode ser ilustrado através da analogia entre a microanálise e o uso do microscópio: do mesmo modo que a lente microscópica permite enxergar coisas invisíveis a olho nu, a microanálise histórica lança luz sobre os problemas cotidianos e concretos de sobrevivência (vida real), largamente postos à margem nas análises abstratas de processos macro históricos (Cf. MARIN, 2000, p. 131-148). Assim, a proposta da micro-história italiana pode ser resumida, na expressão de Paul-André Rosental, em “reconstruir o ‘macro’ pelo ‘micro’” (ROSENTAL, 1998, p. 151-72).⁵² Edificar explicações de alcance geral sem descartar os indivíduos, as situações: eis a ambição por trás da variação de escala de análise sugerida pela micro-história italiana.

Em consonância evidente com as proposições do antropólogo norueguês, o projeto microanalítico de Grendi & Levi visa reconstituir os processos (cadeias de causalidade) através

⁵⁰ Muitas das críticas infundadas dirigidas aos micro-historiadores atrelam as suas leituras à máxima do *small is beautiful*, que foi popular nos meios acadêmicos nas décadas de 1960 e 1970, mas que não condiz com os pressupostos da micro-história italiana.

⁵¹ Trata-se, portanto, de um resgate do projeto de Marc Bloch e Lucien Febvre de uma “história total”, mas “vista de baixo”.

⁵² Jacques Revel, na apresentação à coletânea *Jogos de escala: a experiência da microanálise* (1998), identificou nos textos reunidos dois posicionamentos diferentes sobre o princípio da variação da escala. O primeiro é caracterizado pela defesa de que nenhuma escala tem privilégio sobre outra (M. Abèlés, A. Bensa, B. Lepetit); o outro, dito “fundamentalista”, é representado pelos autores que sofreram influência de F. Barth e se ampara na afirmação de que, na produção das formas e das relações sociais, o “micro” engendra o “macro” (M. Gribaudi, S. Cerutti, P. A. Rosental) (Cf. REVEL, 1998, p. 14).

dos quais as formas sociais são construídas, partindo, para tanto, das escolhas dos indivíduos em interação – nesse ponto, vemos confluir as influências da antropologia social com as da antropologia econômica, isto é, o modelo generativo e o “individualismo metodológico” de Barth com o cálculo dos agentes sociais de Kula e a “perspectiva substantivista” de Polanyi. O caráter aberto e dinâmico dos sistemas sociais, tal como entendido por Barth, permitiu aos micro-historiadores “descongelar” a sociedade, introduzindo noções analíticas mais “arejadas”, que denotam espaços de possibilidades dominados por causalidades não-deterministas: “racionalidade limitada”, “incerteza”, “incoerências”, “incongruências”, “desvios” etc. Além disso, esse modelo de análise vai ao encontro da ambição dos *capos* da micro-história de um fazer historiográfico essencialmente experimental.⁵³ Foi nesse sentido que o diálogo com a Antropologia, disciplina que forneceu o recurso de verificação microanalítico, atuou de molde a recuperar a complexidade das relações sociais, antes simplificadas através do emprego de esquemas analíticos que forneciam de antemão uma compreensão das sociedades.⁵⁴ Em “Repensar a micro-história?”, Grendi afirmou que, do ponto de vista analítico, o diálogo entre Micro-História e Antropologia possibilitou o enriquecimento das significações dos processos analíticos e a renovação das categorias interpretativas (GRENDI *in* REVEL, 1998, p. 262).

Segundo Grendi,

Sem dúvida, a orientação sincrônica comum às duas disciplinas sugere uma epistemologia funcionalista: o próprio tema diacrônico do ciclo familiar postula a reprodução cultural ‘simples’ da sociedade que de algum modo resulta entificada na sua estrutura. [...] Do ponto de vista da Antropologia Social, essa é a instância do assim chamado ‘individualismo metodológico’. Da perspectiva histórica, pode-se supor que a justaposição das análises não aconteça de forma congruente e unidirecional, mas multidirecional, fazendo registrar margens estatísticas de desvio (fenômenos de divergência) quanto ao significado indubitável das congruências ou correlações (GRENDI *in* OLIVEIRA & ALMEIDA, 2009, p. 27).

⁵³ Como advertiu Levi (*in* OLIVEIRA & ALMEIDA, 2009, p. 13-14), “a micro-história não é, necessariamente, a história dos excluídos, dos pequenos, dos distantes. Pretende ser a reconstrução de momentos, de situações, de pessoas que, investigadas com olho analítico, em âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referências dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os homens se movem.”

⁵⁴ Nas palavras de Levi (2009, p. 12): “na redação da revista *Quaderni Storici*, com a qual muitos de nós colaborávamos (Edoardo Grendi, Carlo Poni, Carlo Ginzburg), teve início o debate do problema que poderíamos definir como de recuperação da *complexidade* (grifo nosso).”

Seguindo a sugestão de Barth, Grendi entende que os eventos constituintes da vida social são caracteristicamente “micro”, ou seja, executados por atores (os indivíduos e os grupos). Postos nestes termos, os eventos ou os atos, ao mesmo tempo em que são condicionados, constituem o nível agregado (Cf. BARTH, 1981, p. 80). Por detrás desse argumento, verifica-se a crítica de Barth ao uso de um conceito abstrato de sociedade (Cf. BARTH, 2000, p. 25). Grendi comunga dessa perspectiva, recusando uma visão simplista da reprodução social que, tanto no modelo da Antropologia Funcionalista quanto no da História Demográfica, aparece “entificada na estrutura”. Assim, ao colocar um “problema técnico específico”, “o de como recolher os dados e como elaborá-los”, Grendi busca “sugestões e instrumentos operativos” na antropologia das sociedades complexas, notadamente nos escritos de Fredrik Barth. Não seria exagero, portanto, afirmar que, ao aprofundar o diálogo com a antropologia social, a análise em escala “micro” se impôs a Grendi. Pois, de outra forma, como seria possível incorporar à análise histórica as implicações do modelo generativo de Barth? Como seria possível apreender os processos que geraram as formas complexas da vida social sem se voltar para os indivíduos (ou grupos) e sem descrever as suas ações e os cálculos subjacentes a elas?

Para Grendi, portanto, a abordagem microanalítica consistia no ponto privilegiado em que as perspectivas histórica e antropológica poderiam afluir (Cf. GRENDI, 1978, p. 2). Dessa confluência, emergia a definição da história social como a história das relações interpessoais.⁵⁵ Era no universo relacional em que os agentes históricos encontravam-se inseridos que as relações sociais e econômicas deveriam ser pensadas. Nos anos finais da década de 1970, Grendi enxergava o alvorecer de um novo fazer historiográfico mais sofisticado, amparado em estudos fronteiriços entre História e Antropologia. Nas palavras do historiador genovês:

O que se desenha, de modo mais ou menos explícito, é a recondução da história a uma contextualização e a uma vocação analítica em que o objeto da análise é basicamente indicado pela série ou a rede de relações interpessoais. Daí a escolha de uma sociedade em escala reduzida como é a aldeia camponesa, uma opção guiada, sem dúvida, pelo exemplo paralelo da antropologia (GRENDI, 1977, p. 35).

A redução da escala de análise, sugerida pelo “exemplo paralelo da antropologia”, impunha, ainda, a “abordagem holística do comportamento humano”. Nesse sentido, embora a

⁵⁵ Em 1977, Grendi postulou: “A história social é a história das relações entre pessoas e grupos”, sendo o problema posterior a essa constatação a identificação dos conceitos e das possibilidades operativas, para o que, mais uma vez, o diálogo com a antropologia se tornava profícuo (GRENDI, 1977, p. 36).

convergência desejada entre História e Antropologia esbarrasse no obstáculo da diversidade da documentação utilizada pelas duas disciplinas – haja vista que, ao historiador, não é dado vislumbrar “o fluxo da vida social assim como se desenrola diante dos olhos do observador participante”, pois sua documentação é sempre “contaminada”, “indireta” –, para além dessa diferença heurística, a característica distintiva da Antropologia que deveria ser incorporada pelos historiadores em suas pesquisas, na óptica de Grendi, é a visão abrangente do conceito de cultura: a abordagem comportamental holística. Segundo esse raciocínio, a microanálise – que, diga-se de passagem, se confunde com essa abordagem – permite acompanhar de perto a vida dos agentes históricos, inserindo-os nas intrincadas teias da vida social.⁵⁶ Trata-se, em uma palavra, de “trabalhar *na* aldeia, e não *com* a aldeia,” entendendo o indivíduo como ponto de partida de relações sociais que informam sobre a sociedade como um todo. Para atingir esse objetivo, o pesquisador não deve distinguir esferas econômicas, sociais, religiosas, políticas etc. Vemos, então, a “experiência” e a *agency* de Thompson ressurgirem nos micro-historiadores com maior pujança (Cf. CERUTTI *in* REVEL, 1998, p. 173 e 186): a vida social é verificada em toda a sua complexidade, abarcando as incertezas, os interstícios e as incongruências não captáveis pelos modelos analíticos que perseguiram leis, regularidades e estruturas gerais de funcionamento da sociedade.

A referência à obra de Barth também permitiu a Grendi dotar de conteúdo o seu oximoro “excepcional normal”, elaborado no artigo publicado na *Quaderni Storici*, em 1977. Ao propor uma metodologia para a história social e econômica, Grendi salientou que “cada informação exprime um dado ou, mais frequentemente, uma relação”, abrindo-se, assim, uma possibilidade de “reconstruir histórias de família e, às vezes, histórias individuais suficientemente ricas – típicas ou excepcionais –, sendo ainda possível pôr em relevo relações interindividuais contínuas, isto é, estruturadas” (GRENDI, 1977, p. 23-24). Dado o caráter indireto dos testemunhos com os quais os historiadores trabalham, adverte Grendi, “nessa situação, o documento excepcional pode ser extraordinariamente ‘normal’, precisamente por ser revelador” (GRENDI, 1977, p. 26-27). Essa constatação deve ser contextualizada pelo diálogo que o autor realizava, nas páginas da revista italiana, com a história serial quantitativa francesa,

⁵⁶ A análise compartimentada da realidade social situava-se na origem das críticas que Grendi dirigiu às perspectivas historiográficas ditas gerais, isto é, “largamente condicionadas pela economia como ‘ciência social mais avançada’” (GRENDI, 1977, p. 35).

afirmando que as fontes “desviantes” eram passíveis de serem incorporadas às séries documentais manipuladas pelos historiadores, o que inclusive permitia lançar luz sobre os demais documentos “estereotipados”. Em realidade, Grendi procurava demonstrar que nenhum documento (por mais que fosse estatisticamente menos frequente) poderia ser “excepcional”, posto que o seu caráter desviante somente surja mediante o confronto com a “normalidade” dos demais. Nessa acepção, os “casos marginais” ajudam a pôr em questão o “velho paradigma”, ajudando a fundar “um novo, mais articulado e mais rico”. O “excepcional” funciona, portanto, como “espia ou indício de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer” e, justamente por ser estatisticamente não frequente, “pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados” (GINZBURG & PONI, 1991, p. 177).⁵⁷ Essa constatação, sem dúvida, mantém uma afinidade com as margens de desvios contempladas pelo modelo analítico generativo de Barth. Nesse esquema, a sociedade é vista como um sistema aberto, sendo imprescindível ao pesquisador construir modelos que contemplem o seu movimento, apreendido, conforme se observou, através dos desvios, das incongruências. A ênfase na diversidade e o estudo dos mecanismos concretos da realidade permitem, assim, captar a maneira pela qual as variações microscópicas acarretam as mudanças nas sociedades estudadas, que, como vimos, é um dos aspectos centrais da proposta de micro-historiadores como Grendi e Levi.

Finalmente, ao adotarem a concepção interacionista do antropólogo norueguês, Levi e Grendi conceberam a cultura não como algo “etéreo” ou estrutural, mas como prática.⁵⁸ Desse modo, a micro-história “social” procurou significar (contextualizar) as ações dos indivíduos através do “universo relacional” (rede social) em que se encontravam inscritos (BARTH, 2000, p. 173). Este seria o meio possível de atingir a intenção dos atores sociais, cujas formas exteriorizadas consistiam nos atos e nos discursos – comparáveis, em termos heurísticos, na

⁵⁷ O oxímoro “excepcional normal”, provavelmente, é o principal ponto de consenso entre Ginzburg e os demais micro-historiadores da corrente “social”, pois desde a publicação do artigo programático “O nome e o como”, em parceria com Carlo Poni, Ginzburg debate os seus sentidos e as suas potencialidades analíticas. Em um balanço sobre a micro-história italiana, Ginzburg afirmou que a insistência no contexto levou os micro-historiadores italianos a enfrentarem “a questão da comparação de uma forma diferente e, em certo sentido, oposta: através da anomalia, e não através da analogia. Antes de tudo, supondo como potencialmente mais rica a documentação mais improvável: a ‘exceção normal’ evocada por Edoardo Grendi com essa expressão que se tornou merecidamente famosa” (GINZBURG, 2007, p. 277).

⁵⁸ Essa concepção de cultura se alinha à proposta da micro-história, que segundo Levi, é “mais uma série de práticas e de métodos do que uma teoria” (LEVI in RIBEIRO, ALMEIDA, 2009, p. 15).

microanálise histórica. Não obstante, como advertiu Simona Cerutti, os micro-historiadores de orientação “social” deixaram em um segundo plano as contextualizações “culturais” – isto é, não procuraram imergir as ações individuais no conjunto de crenças e atos (sistema valorativo) das sociedades analisadas.⁵⁹

Relações de vizinhança: abordagens e conceitos antropológicos na micro-história “social” *Edoardo Grendi e o estudo das unidades domésticas*

Na segunda parte de *Polanyi*, intitulada “A microanálise: entre antropologia e história”, Edoardo Grendi sugere um método de análise para o estudo da família (unidade doméstica) como unidade de reprodução social.⁶⁰ A sua proposta é a de partir do “procedimento ‘micro’ da unidade doméstica ao ‘macro’ da sociedade mais ampla, compreendendo a comunidade como uma forma de agregação sócio espacial intermediária (GRENDI, 1978, p. 95).” Pode-se observar, portanto, que a questão colocada é de alcance geral – como as sociedades se reproduzem? –, não obstante a sua resposta seja buscada no âmbito concreto-particular, isto é, na análise de como determinadas famílias se reiteravam no tempo.

O ponto de partida é a unidade doméstica, “seguramente concreta” (GRENDI, 1978, p. 98). Em virtude de seu caráter multifuncional, conseqüentemente, uma “série de temáticas convergentes ao tema histórico da unidade doméstica” é levada em consideração, “não isolando a sua característica econômica” (GRENDI, 1978, p. 97). A família é, assim, submetida a uma abordagem holística e contextual.⁶¹ Expondo mais detalhadamente o seu procedimento de análise, Grendi revela:

⁵⁹ Simona Cerutti (in CASTRÉN, LONKILA & PELTONEN, 2004, p. 20) notou a falta de uma contextualização cultural nos estudos dos historiadores de orientação “social” ligados à micro-história italiana. Nesse sentido, a historiadora afirmou que, para dar unidade às orientações “social” e “cultural” da microanálise “é preciso descrever tanto os contextos sociais quanto os culturais, definindo, essencialmente, redes de obrigação, expectativas de outros, reciprocidades, recursos que são avaliados – e não avaliados – pelos atores sociais particulares.” CERUTTI, Simona. “Microhistory: social relations versus cultural models?”

⁶⁰ Na esteira do antropólogo norte-americano George M. Foster (1913-2006), Grendi ressalta que “a família, e não o indivíduo, é a verdadeira unidade de classe e da teoria das classes” (*Apud.* GRENDI, 1978, p. 123-124).

⁶¹ Nesse ponto, Grendi evoca à Thompson, que proclamou: “a história é, sobretudo, a disciplina do contexto: o que significa que o rótulo próprio a cada fato seja somente dado no interior de outros que lhe significam” (*Apud.* GRENDI, 1978, p. 96).

Consideramos, antes de tudo, a dimensão da unidade doméstica, isso que envolve a consideração de seu desenvolvimento cíclico, um importante elemento de qualificação de sua possibilidade econômica, como a distribuição da terra e a presença de ocupação alternativa; a distribuição da propriedade e a forma contratual e das formas que regulam o alocamento da terra, conseqüentemente, como o caráter de subsistência, ou menos da cultura, isso se concretiza ulteriormente na forma da atividade e técnica de trabalho na divisão interna do trabalho por sexo e grupo de idade. A prática sucessória define uma perspectiva cíclica: dos elementos importantes da estratégia demográfica derivam-se, inclusive, o comportamento e a escolha matrimonial, que reflete o aluguel social da mesma unidade familiar (GRENDI, 1978, p. 97).

Desse modo, o alvo da análise é o “ciclo familiar”, que não pode ser apreendido segundo uma concepção histórica linear, mas circular – preocupação também presente nos estudos de Levi sobre a transmissão de terras no Piemonte do Antigo Regime. A regularidade cíclica não implica, contudo, o aniquilamento das estratégias dos sujeitos. Ao contrário, permite vislumbrar as escolhas de indivíduos e grupos a fim de reiterar no tempo as suas unidades familiares.⁶²

A respeito das categorias analíticas, Grendi distingue família “co-residente” e família extensa.⁶³ A exemplo de Meyer Fortes (1906-1983), Grendi sugere um ciclo de desenvolvimento familiar dividido em três fases: 1) de expansão (do matrimônio até a conclusão da procriação); 2) de crescimento e, posteriormente, de casamento dos filhos; e 3) da substituição da família, que termina com a morte do genitor (GRENDI, 1978, p. 99).

A partir dessa divisão, Grendi passa a elencar os elementos importantes para uma abordagem da família. A função do “ciclo familiar” é buscada em L. K. Berkner (1972) (GRENDI, 1978, p. 99). A sugestão de que a “reprodução familiar” implica em divisão da riqueza é tomada da obra de Aleksandr Chaianov (1888-1939)⁶⁴ e o problema do “dote” de

⁶² À guisa de exemplo, a endogamia (casamento entre primos), que era recorrente entre os camponeses estudados por Grendi, visava manter mais “fechado” o ciclo familiar e garantir a reprodução da família e dos seus recursos.

⁶³ Peter Laslett (1915-2001) forneceu as categorias para análise da família: “extensa”, “fratriada”, “nuclear” etc. (Cf. GRENDI, 1978, p. 98). O método de reconstituição de famílias remonta ao demógrafo francês Louis Henry (1911-1991). “Esses estudos [de demografia histórica], desenvolvidos inicialmente na França, haviam estendido sua influência à Inglaterra, onde Peter Laslett e seus colaboradores, entre os anos de 1960 e 1970, adaptaram-no ao estudo das famílias do Antigo Regime” (LIMA, 2006, p. 86). Os trabalhos de Henry e Laslett consistem nas referências de base para os estudos de Grendi sobre a família e a comunidade, que procuraram integrar a história demográfica na história social. Como observou Henrique Espada Lima (LIMA, 2006, p. 108), “a aproximação com a demografia histórica exigiria desse modo também o recurso à antropologia, que era chamada para corrigir a análise, direcionando-a para uma leitura qualitativa dos comportamentos sociais.”

⁶⁴ Os estudos de Chaianov sobre a economia camponesa russa antes e depois da revolução assinalaram que a empresa camponesa não visava o lucro e a ampliação das relações do mercado, mas o cumprimento das exigências de consumo da família. Assim, no modelo “chaianoviano” da economia camponesa, “o lugar da família era central, na medida em que dela dependia diretamente o próprio ciclo familiar” (LIMA, 2006, p. 239). Esse modelo,

Giovanni Levi, para quem “[...] a idade de casamento se revela um elemento fundamental de base e o matrimônio aparece como uma motivação de comportamento coletivo (dote) e individual (migração temporária), como também ao problema da sucessão hereditária” (GRENDI, 1978, p. 100).

Reunidos esses elementos, Grendi propõe a análise da família a partir do consumo e do trabalho.⁶⁵ As mulheres representavam “frações de unidade”, já que o casamento e, em decorrência, a constituição de novos lares, fragmentava a família; os homens denotavam “unidade” em consequência do trabalho e da herança da condição paterna, do genitor. A herança constituía, portanto, a “contribuição masculina” à família formada pelo matrimônio e pelo dote (“contribuição feminina”) e representava o fechamento do ciclo de reprodução familiar.

O ciclo de desenvolvimento familiar, em Grendi, está, portanto, diretamente atrelado ao crescimento do filho homem que, ao tornar-se adulto, passa a ter valor na unidade doméstica, precisamente pela entrada no ciclo de trabalho. Nesse sentido, observamos, novamente, a influência dos estudos de Chaianov, que já tinha ressaltado a improdutividade de filhos em menoridade, cujas “bocas improdutivas sob o ponto de vista laboral,” a família tinha que nutrir. Esse período seria o mais crítico do ciclo familiar do genitor (Cf. GRENDI, 1978, p. 99).

Na esteira de H. Medick (1976), que assinalou a função de autoconsumo do trabalho doméstico culturalmente regulado pela tradicional economia familiar, Grendi operou o conceito de economia de subsistência. Na tradicional economia familiar – “proto-industrial” ou camponesa – a terra constituía a base do poder patriarcal, fundado justamente na terra e na subsistência (GRENDI, 1978, p. 100). Dessa forma, o “problema” do historiador “é aquele do relacionamento entre o núcleo doméstico produtivo e o recurso-terra de exploração dirigida da propriedade” (GRENDI, 1978, p. 101).⁶⁶ Dialogando com Thompson, Grendi entende que o

segundo Grendi, é aplicável extensivamente às unidades domésticas de uma economia pré-industrial (Cf. GRENDI, 1978, p. 100).

⁶⁵ Grendi se queixa do fato de que a “dinâmica de consumo” ou o “padrão histórico de consumo” seja construído, muitas vezes, com base em “paradigmas científicos ahistóricos”, que partem da premissa de que há uma “necessidade de uma renda mínima para garantir a reprodução da força de trabalho.” Para Grendi, “os caminhos da história da alimentação devem convergir com os da demografia histórica e da produção agrícola. Sua finalidade é, na verdade, a mesma: uma certa medida do homem. A recomendação a ter em conta a estrutura etária da população, por exemplo, envolve o ciclo de desenvolvimento que é também o lar, como costumamos dizer, um fator de produção” (GRENDI, 1978, p. 108).

⁶⁶ “Considerando a sociedade agrária como um todo, a historiografia econômica coloca como fundamental o problema da relação entre população e recurso e, em geral, utiliza ampla escala territorial (de região para cima). Daí a construção *ex-post* de uma hipótese homeostática fundada no malthusianismo. No nível microanalítico que

aspecto mais relevante da análise não é a propriedade, mas as relações que a circundam. A ênfase recai, então, sobre as relações interpessoais (sociais, econômicas, políticas etc.) que conformam a propriedade e a reprodução cíclica da família. Nesse ponto, Grendi atrela as suas “preocupações” às de Levi, afirmando que a questão da transmissão de terras é

[...] um problema extremamente conjunto com o ciclo de desenvolvimento da família, com o grupo doméstico como unidade produtiva. O discurso tende a assumir maior concretude ao ciclo de desenvolvimento doméstico-familiar e se enlaça ao ciclo de relação social e de propriedade: a reprodução assume aspectos não somente biológicos, mas também sociais e culturais (GRENDI, 1978, p. 102).

Dote, herança, compra e venda – formas de transmissão de terra – entram, assim, em jogo (Cf. GRENDI, 1978, p. 106). Nesse contexto, a unidade doméstica deve ser vista em “sentido relacional”, pois a reprodução da família em isolamento diz apenas sobre o aspecto biológico, de reprodução de uma parentela.⁶⁷ Como advertiu Grendi:

Se estamos interessados em um plano de análise correspondente à da perspectiva antropológica, a reconstrução da estrutura das relações sociais, esclarecemos que isso só pode ser feito através de uma análise micro, onde o isolamento da família não faz sentido. E, notada a diferença entre o tempo cíclico da reprodução e do momento histórico de mudança, acreditamos que esta última questão, essencial para uma perspectiva histórica, pode ser colocada apenas no nível previsto, obviamente impensável, por sua vez, como parte de uma realidade em isolamento social (GRENDI, 1978, p. 119).

A consideração da relação entre as unidades de produção, “em termos de uma estrutura de comércio ou de uma realidade física dos fluxos de bens e serviços”, impõe o problema das formas de integração entre essas unidades. Essa questão pode ser tratada em “perspectiva sociológica”: na medida em que as trocas comerciais horizontais e verticais “operam de acordo com as regras, divididas em esferas de troca, que mais ou menos se comunicam, expressam basicamente uma série de relacionamentos interpessoais, mais ou menos institucionalizados” (GRENDI, 1978, p. 122-123).

aqui se propõe, pode ser colocado o problema das unidades domésticas singulares que investem trabalho (não contabilizável em termos monetários) e obtêm bens destinados em parte por meio da sua conversão de mercado, à defesa e à reprodução do *status* tradicional” (GRENDI, 1977, p. 33; Cf. também GRENDI, 1978, p. 137).

⁶⁷ Grendi (1978, p. 105) distingue, portanto, dois modelos de análise: o “ecológico” (demografia, economia etc.) e o “cultural” (sistema de nomes), que analisa situações concretas e escolhas individuais.

Eric Wolf (1923-1999) sistematizou dicotomicamente como diádicos e poliádicos os relacionamentos horizontais e verticais.⁶⁸ O modelo de contrato diádico foi elaborado por George M. Foster através do seu princípio de reciprocidade interpessoal (implícita) e informal. O modelo de mercado é, nesse caso, “expresso em termos de relações entre grupos” (GRENDI, 1978, p. 141). Essa abordagem etnográfica do fenômeno de mercado se caracteriza pela ênfase no aspecto espacial-descritivo (a circulação de mercadorias e a direção de seu fluxo), pela consideração de um sistema de mercado (ênfasis nos pontos de mercado, e não as transações comerciais em geral); pela abordagem da articulação social (correlação entre espaço e estratificação social) e pela perspectiva da circulação de mercadorias, que envolve também a análise das relações interpessoais (Cf. GRENDI, 1978, p. 148-149). Nesse sentido, Sidney Mintz (1922-) “revela o significado de uma instituição social chamada *pratik*,” que consiste em “uma série de laços diádicos entre produtor e comprador, vendedor e consumidor, intermediário e intermediário, que garante e consolida os canais comerciais” (GRENDI, 1978, p. 142).⁶⁹ O conceito antropológico de “esferas de troca” também é buscado em Mintz (Cf. GRENDI, 1977, p. 33). Grendi concilia, assim, os papéis institucionais com o comportamento real observado através da redução da escala analítica.

Como observou Foster, a “relação típica” da cultura camponesa é a vertical, mas existe também a reciprocidade (relação horizontal) entre os camponeses, que opera, frequentemente, como forma de mutualismo. Nesse sentido, afirma Grendi, as fontes cartoriais – e, em menor grau de relevância, os documentos judiciário-cíveis – “permitem reconstruir as estruturas de dependência”. Em relação ao “esquema vertical”, os inventários *post-mortem* permitem observar os registros de crédito/débito e mapear a clientela de um potentado, relações que podem ser investigadas de geração em geração (GRENDI, 1977, p. 31). Para o “esquema horizontal”, a troca de bens e serviços entre os camponeses, apesar de mais dificilmente

⁶⁸ “E. Wolf observa que as relações diádicas ocorrem onde não existem formas de associação empresarial com base na aldeia ou na linhagem, e é aí que a amizade e parentesco são mais abertos. Wolf distingue amizade emocional, que termina em uma única relação diádica, e amizade instrumental, que postula uma série de conexões entre as duplas: então, quando a ‘amizade instrumental’ chega a um ponto máximo de desequilíbrio que uma parte é claramente superior em sua capacidade de fornecer bens e serviços, chegamos ao ponto de inflexão, quando a amizade dá lugar à relação patrão-cliente” (GRENDI, 1978, p. 123).

⁶⁹ As figuras dos *brokers* emergem, nesse contexto, como “mediadores entre as comunidades e as sociedades mais amplas” (GRENDI, 1978, p. 139). Em *A herança imaterial*, por exemplo, a trajetória do pai de Giovan Battista Chiesa, pároco vigário de Santena que praticava o exorcismo, “é analisada por Levi a partir de sua função de mediador entre a comunidade de Santena e o poder central” (LIMA, 2006, p. 270).

observáveis em fontes cartoriais, podem estar presentes nas transações de dote, por exemplo.⁷⁰ Quase sempre, as relações de trocas entre os camponeses estão subordinadas à garantia de subsistência e, para além delas, solidificam e institucionalizam relações interpessoais (GRENDI, 1977, p. 33). Em síntese, da economia doméstica à economia da comunidade – do “micro” ao “macro”, portanto –, Grendi buscou matizar o “tempo cíclico” das unidades familiares de sociedades camponesas da Itália do Antigo Regime, recorrendo às relações sociais e econômicas, pensadas, antes de tudo, como relações interpessoais.

Delineado esse “programa de pesquisa” – a abordagem e os conceitos operatórios –, cabe elucidar o *front* metodológico proposto por Grendi para a coleta dos dados nas fontes. Numa primeira vista, o “receituário” de Grendi parece aproximar-se da História Demográfica, “disciplina que coloca seus problemas em relação direta com a sociedade total” (GRENDI, 1977, p. 23). Como o historiador genovês observou, “de fato, a reconstrução das famílias permite a identificação desses núcleos-base, a qualificação de sua situação em ciclo de desenvolvimento, a posterior elaboração de genealogias” (GRENDI, 1977, p. 23-24). No entanto, a microanálise não recorre a números e não conta “eventos vitais”, como faz a história demográfica e a história quantitativa serial. A proposta de Grendi é partir de uma leitura antropológica da fonte mais cara à História Serial: os registros paroquiais.⁷¹ Esse viés analítico persegue o universo em que as famílias se relacionavam umas com as outras (casamento, batismo, crisma etc.), analisando-as em termos qualitativos. Após circunscrever as famílias cujas trajetórias se irá perseguir, ainda utilizando os registros paroquiais, é possível identificar, “[...] por exemplo, testemunhas de núpcias, padrinhos de batismo e de crisma, operações que permitem mapear relações não secundárias” (GRENDI, 1977, p. 23-24).

⁷⁰ Além dos casamentos, os apadrinhamentos também consistem em relações sociais que se institucionalizam, deixando, portanto, vestígios documentais.

⁷¹ A História Serial se vale de fontes *massivas* (que dão conta da população de uma determinada região como um todo) e *reiterativas* (que permitem acompanhar as gerações ao longo do tempo). Nesse aspecto, os registros paroquiais são as fontes reiterativas por excelência, pois permitem estabelecer o “esqueleto” da população de uma determinada região, possibilitando um trato quantitativo e serial (Cf., por exemplo, GOUBERT, 1968). *Grosso modo*, podemos dizer que a micro-história italiana propõe uma leitura intensiva de um número mais circunscrito de fontes e uma prosopografia qualitativa vista “de baixo” (postura que contraria a busca de fontes massivas e o trato quantitativo de dados biográficos), além de acompanhar os indivíduos em registros de naturezas diversas (o que contraria a lógica de montagem de séries documentais, segundo a qual o pesquisador deve acompanhar a vida de um indivíduo, em diferentes períodos, através de um mesmo tipo de documento) e não descartar os documentos “excepcionais” da série documental compulsada.

E ainda, sobretudo, a partir do estudo de fontes [...] como contratos notariais, atos de jurisdição civil e criminal, cadastros, *parlamenti*, contábil, fiscal, político, censitário. Cada informação exprime um dado ou, mais frequentemente, uma relação (GRENDI, 1977, p. 23-24).

Munido dessas informações, afirma Grendi, o historiador pode recorrer ao aporte das fontes cartoriais:

Podemos distinguir nele (no cartório) diversos tipos de informações, como doações, testemunhos, reconhecimento de débitos (dos mais diferentes tipos), quitações, vendas, aluguéis, contratos de trabalho, procurações, arrendamentos, e ainda reuniões de ordens e irmandades, procurações religiosas, universidades, comunidades etc. A linguagem e o tipo de relação documentadas valem como documentos históricos no sentido pleno da expressão: além de revelarem as relações entre dois ou mais sujeitos, têm, também por isso, um sentido cultural, na medida em que atestam um costume ou uma tipicidade (GRENDI, 1977, p. 24).

Distanciando-se da História Serial, Grendi não se propõe a reconstituir os aspectos vitais das famílias de uma determinada região, em diferentes períodos, através de uma análise quantitativa de longa duração. Ao invés disso, Grendi trabalha com documentos de diferentes naturezas que, se devidamente confrontados, revelam o feixe de relações (sociais, econômicas, políticas, religiosas etc.) que interligava as famílias entre si. Desse modo, é transferida a lógica holística do *fieldwork* para o universo de fontes disponíveis: “daí o sentido de cruzar sistematicamente a documentação que testemunhava indiretamente as relações sociais e as transações nestas sociedades” através das fontes da demografia e da economia, tais como “registros paroquiais, atos notariais, cadastros, censos, processos jurídicos, etc.” (LIMA, 2004, p. 67).⁷²

Giovanni Levi e o estudo das transmissões de terras

A mesma agenda de pesquisa pode ser observada nos estudos de Giovanni Levi sobre o mercado de terra no Piemonte e Ligúria entre 1730 e 1770. Em *Centro e Periferia di uno Stato*

⁷² “No julgamento de Grendi, o levantamento e cruzamento sistemático destes registros em um espaço delimitável de inter-relações sociais – uma comunidade ou povoado – permitiria, analogicamente, um acesso tão eficaz e uma possibilidade de análise tão concreta quanto aquela permitida pela antropologia em seus estudos” (GRENDI, 2004, p. 67).

Assoluto, Levi analisa as relações clientelares (centro-periferia) através de diferentes trajetórias familiares.⁷³ Os personagens do livro não são os indivíduos *per se*, mas as suas famílias, já que a lógica social de Antigo Regime não permite a análise dos indivíduos em si mesmos, mas através de suas relações e de suas alianças.⁷⁴ A análise de Levi não se volta, contudo, para a unidade familiar (como em Grendi), mas para a transmissão de bens em perspectiva geracional. Seguindo o exemplo da Antropologia, Levi analisa o cavaleiro, o camponês e o mercado no interior de uma região, o Piemonte do Antigo Regime. Visando apreender as estratégias familiares na transmissão de terras através do dote e da herança, Levi questiona: como a sociedade camponesa italiana funciona? Como ela pode ser explicada? Quais são as relações reiterativas (ou seja, que se repetem no tempo)?

Esses problemas ganham significados mais precisos diante do pano de fundo geral da pesquisa, cujo escopo de análise consiste em responder a questão fundamental de como se dava a transmissão de bens de geração em geração. Para explicar como a distribuição de terra se reiterava no tempo, na passagem de uma geração familiar para outra, Levi considera não apenas o aspecto econômico da transação, mas uma série de elementos, como os dotes e a herança. Daí a importância do matrimônio para a análise da transmissão de terras. Para Levi, o matrimônio não diz respeito apenas à manutenção do *status*, consistindo em uma relação mais complexa, pois envolve não apenas os consortes, mas a sociedade como um todo.⁷⁵ A hipótese de *Centro e Periferia* é a de que a transmissão das propriedades não visava apenas o enriquecimento ou o aspecto econômico, pois aquela sociedade era só em parte mercantilizada.⁷⁶ Nesse aspecto, as alianças, as parentelas e as relações de vizinhança (noções tomadas da Antropologia) servem ao propósito de se estabelecer as estratégias familiares. O dote, por exemplo, deve ser entendido no interior das alianças maritais.

⁷³ Tanto nesse livro quanto em *A herança imaterial*, G. Levi trabalhou com uma amostragem de, aproximadamente, 30 famílias, observando as alianças fincadas na comunidade do Piemonte.

⁷⁴ A ação individual é pensada, mas dentro da família.

⁷⁵ Conforme advertiu Barth, as relações não envolvem apenas duas pessoas, mas um maior número. A dicotomia indivíduo *versus* grupos é desfeita na medida em que Levi trabalha com *case studies*, mas os insere no todo da sociedade. Nas palavras de Levi, por meio da análise do comportamento matrimonial, podemos “tirar para dançar [...] a sociedade inteira” (LEVI, 1985, p. 152).

⁷⁶ Um exemplo disso é que as terras mais “ricas” (aráveis) não estavam à venda no mercado (pois eram reservadas para o dote), mas sim pastos, bosques e outras terras impróprias ao plantio.

Assim como nos estudos de Grendi sobre as comunidades camponesas no território lígure,⁷⁷ a lógica de vivência da sociedade piemontesa analisada por Levi era a de “frequentar” pouco o mercado para a compra de terras, alimentos, utensílios etc. Desse modo, a manutenção do *status* era o principal objetivo das famílias, cuja racionalidade econômica era pautada pela lógica de subsistência.⁷⁸ Com base nos estudos de Chayanov e Kula, Levi afirmou que “numa economia apenas parcialmente mercantilizada e na qual o objetivo primário não é a troca, o comércio, mas sim o *autoconsumo*”, as relações econômicas em torno da questão da terra não eram explicadas pelo “lucro monetário”, mas pela subsistência (LEVI in ALMEIDA & OLIVEIRA, 2009, p. 91).⁷⁹ Assim, as famílias camponesas evitavam ao máximo a ida ao mercado, o que só ocorreria caso fosse necessário complementar a produção familiar.⁸⁰

Os estudos de Levi demonstram que a sociedade piemontesa vivia sob uma lógica rígida, conformada pelo auto-consumo e pela transmissão de propriedades através do dote e do casamento.⁸¹ Portanto, ao analisar as áreas de cultivo, assinala Levi, o pesquisador tem que ter em mente que o matrimônio interfere na produção, ou seja, que uma parte das terras aráveis da propriedade é reservada para o dote, que visava a formação de uma nova família, de um novo *fogo*.⁸² Em resumo, Levi identificou dois tipos de estratégias familiares em relação às terras: o cultivo visando a auto-sobrevivência e a reserva de terras com áreas de cultivo para que os

⁷⁷ “O programa de pesquisa formulado por Grendi havia sido também testado empiricamente, em paralelo com a discussão teórica, em uma investigação histórica sobre as comunidades no território lígure. Esse era precisamente o tema [de uma] coletânea publicada em 1977, em *Miscellanea Storica Ligure*. [...] Os estudos publicados junto ao do próprio Grendi eram resultado de pesquisas de estudantes ligados à Giovanni Levi, professor então na Universidade de Turim” (LIMA, 2006, p. 199-200). O trabalho de Grendi sobre Cervo, publicado apenas em 1993, retoma o projeto original em torno da microanálise (proposto quinze anos antes), mas contempla novas questões que surgiram na década de 1980 (Cf. GRENDI, 1993).

⁷⁸ As terras das pequenas propriedades eram revertidas, basicamente, para o autoconsumo (Cf. LEVI, 1985, p. 154).

⁷⁹ “A explicação de Chayanov é que a participação dos camponeses no mercado é descontínua. O objetivo não é maximizar o resultado monetário, mas encontrar e conservar um equilíbrio entre as necessidades da família e o esforço distribuído” (LEVI in ALMEIDA & OLIVEIRA, 2009, p. 91). “Na Itália, Witold Kula havia sido um dos responsáveis pela divulgação das teorias de Chayanov. É possível que o contato de Levi com esse trabalho tenha sido sugerido pela leitura de Kula, com quem, de resto, havia acompanhado algumas aulas em Turim durante os anos 1960” (LIMA, 2006, p. 239).

⁸⁰ As grandes propriedades, porém, não estabeleciam relações apenas no interior da “aldeia”, mas também para além delas. Isso explica a necessidade de variar a escala de observação e estudar as relações entre centro e periferia.

⁸¹ O matrimônio pressupunha a transmissão de parte dos bens através da dotação das filhas, desde que não ameaçasse a sobrevivência e perpetuação da família.

⁸² A possibilidade do casamento estava diretamente ligada à transmissão de terras via dote, pois ela garantia a sobrevivência do novo casal.

filhos pudessem criar novos núcleo-base.⁸³ Essas estratégias garantiam a reprodução da sociedade camponesa do Piemonte ao longo das gerações familiares.⁸⁴

Segundo Levi, o compadrio também influía na distribuição de terras no Piemonte do Antigo Regime, pois as clientelas atravessavam a sociedade, reverberando nas alianças matrimoniais e, portanto, na circulação da terra.⁸⁵ Se uma família não conseguia fincar o dote e a constituição do casamento, isso implicava prejuízos para os demais, pois as alianças (matrimônio e compadrio) ligavam os membros da sociedade uns aos outros. A nobilitação de um senhor, por exemplo, perpassava a aliança para com os camponeses, pois a condição de nobre só poderia ser legitimada com a formação de clientelas.⁸⁶ O compadrio era, justamente, uma das relações que poderiam fundar essas redes sociais.⁸⁷

Em suas pesquisas, Levi aplicou o “receituário” proposto por Grendi em 1977, partindo de uma leitura antropológica das fontes seriais (registros paroquiais e notariais) e chamando a sociedade como um todo para “bailar”. Assim, Levi conferiu um trato qualitativo aos registros de casamento e óbito e se debruçou sobre determinados indivíduos para recuperar os seus modos de vida através de suas práticas no tempo, rastreadas alhures (nos cartórios). Assim, o ponto de partida era o casal, o estabelecimento de uma nova família, já que o casamento é o momento decisivo na reprodução das sociedades. A fim de estabelecer a estrutura da propriedade e de lançar luz sobre a transmissão de terras, Levi analisou, posteriormente, as fontes notariais (livro de transferência e livro de cadastro), através das quais pôde observar a transferência de propriedades em perspectiva geracional. O modelo construído por Levi não parte de outros modelos pré-concebidos para conformar as estratégias familiares, mas do contexto social no qual os indivíduos que analisou se encontravam, restabelecido por meio de seus universos relacionais. Seguindo o método de Barth, Levi construiu modelos capazes de

⁸³ A “espinha dorsal” da propriedade era a área de cultivo, ou seja, as terras aráveis.

⁸⁴ A tese dos capítulos analisados de *Centro e periferia* é a de que as relações de transmissão de propriedades no Piemonte e na Ligúria da Idade Moderna não envolviam a questão econômica do lucro, mas a reprodução da sociedade.

⁸⁵ O mercado de terras está baseado em uma estratificação social, devendo ser entendido no interior de uma comunidade camponesa (Cf. LEVI, p. 182-n.16). Levi recorre à noção de reciprocidade de Barth para explicar as transações de terra. Assim, uma transação envolvendo A e B se estende à toda a comunidade, e não apenas às duas famílias envolvidas diretamente.

⁸⁶ Aqui, observa-se a ideia de “cálculo camponês” presente em Kula, já que as escolhas de clientes por parte dos camponeses influía na nobilitação dos senhores italianos.

⁸⁷ O compadrio, para o padrinho, atuava como uma forma de “reforço da nobreza”.

assimilar o caráter “processual” e “generativo” do seu objeto, procurando compreender a dinamicidade das comunidades estudadas (LEVI, 1985, p. 176-177).

Em evidente sintonia com Grendi, Levi tentou apreender a reprodução social através do “ciclo familiar”.⁸⁸ Ao fim e ao cabo, a aplicação da noção de “ciclo familiar”, nas obras de Grendi e Levi, visou verificar, em âmbito particular, uma questão geral: a reiteração da sociedade no tempo vista através da reprodução, em perspectiva geracional, de algumas famílias camponesas na Itália de Antigo Regime.

Considerações finais

Como observou Grendi, para que se possa avançar em um trabalho na fronteira da História com a Antropologia, é preciso assinalar não apenas as aproximações entre ambas as disciplinas, mas também os seus distanciamentos. Apesar de o trabalho antropológico refletir uma ordem histórica (na medida em que se estuda uma comunidade em um período de tempo e que se confrontam discursos com ações humanas), difere do trabalho histórico quanto à natureza de suas fontes. Em oposição ao antropólogo, que coleta os seus dados em contato direto com informantes, o historiador tem de lidar com o material já filtrado ou cristalizado dos processos de documentação (GRENDI, 1978, p. 92). No entanto, o que interessa ao historiador, segundo Grendi, é a epistemologia da Antropologia. Dito de outra maneira, o “exemplo paralelo da Antropologia” é salutar para a História na medida em que se ressaltam os “fins heurísticos de uma comparação com a abordagem etnológica,” permitindo ao historiador fazer “o exame sistemático de vários conceitos e princípios metodológicos” imediatamente aplicáveis em suas pesquisas (GRENDI, 1978, p. 92).⁸⁹ Foi justamente esse o itinerário que procuramos reconstruir neste estudo: a apropriação de abordagens e conceitos operatórios da Antropologia pelos dois principais micro-historiadores de orientação social, Edoardo Grendi e Giovanni Levi.

À primeira vista, o que sobressaiu desse “diálogo de fronteira” foi a abordagem holística dos comportamentos humanos, a construção de modelos dinâmicos (capazes de apreender as formas sociais em geração ou em processo), a variação da escala de observação e a análise das

⁸⁸ Como já observamos, na transmissão de terras, havia dois pontos de inflexão: o casamento das filhas (dote) e a morte do genitor (herança).

⁸⁹ Como vimos, Grendi reforça uma analogia entre História e Antropologia em termos de “linguagem” e “instrumentação conceitual” (GRENDI, 1978, p. 95).

relações interpessoais por meio do “individualismo metodológico” (concepção antropológica interacionista). Como observou Grendi, esses pressupostos metodológicos – advindos, sobretudo, da obra de Fredrik Barth – constituem os elementos da observação da microanálise que são característicos da Antropologia e que interessam diretamente ao historiador, pois permitem superar os reducionismos de análises funcional-estruturalistas (GRENDI, 1978, p. 95). Para além do substrato metodológico, concluímos que Levi e Grendi se apropriaram de uma série de conceitos operativos presentes em estudos antropológicos sobre o mercado em sociedades não capitalistas (Kula, Polanyi, Chaianov etc.), vertidos para as suas análises de sociedades camponesas italianas de Antigo Regime (LIMA, 2004, p. 65-66). Em conjunto, as duas séries de influências advindas da Antropologia apontam para os conceitos fundamentais de “reciprocidade”, “redistribuição” e “domesticidade”, que aproximavam os historiadores da microanálise social das concepções de Barth e Polanyi, alinhando a história social com a antropologia social e a antropologia econômica.

Nesse estudo, partimos da premissa de que a reconstituição do diálogo entre Grendi & Levi e a antropologia econômica e social é de importância capital para a compreensão da obra desses historiadores, que transitaram nos meandros da história social e econômica. Argumentamos que, por um lado, a leitura antropológica do mercado preconizada por Kula e desenvolvida, em diferentes termos, pela “perspectiva substantivista” de Polanyi forneceu alguns dos elementos para Grendi e Levi pensarem o “cálculo” e as “estratégias” de agentes históricos inseridos em sociedades camponesas do Antigo Regime; e, por outro, o “individualismo metodológico” de Barth propiciou uma abordagem holística dos comportamentos humanos, essencial para a elaboração de uma análise histórica em escala de observação reduzida.

Por fim, “modelos generativos”, “incongruências” da vida social, “dinamicidade” da sociedade e dos sistemas normativos, “racionalidade limitada”, “estratégias” de indivíduos/grupos e redução da escala de análise são elementos que informam o quadro analítico da proposta que Grendi e Levi construíram para a micro-história.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla, OLIVEIRA, Mônica (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BANTI, Alberto M. *Storie e microstorie: L'histoire sociale contemporaine en Italie. Genèses; Sciences sociales et histoire*, Belin, n. 3, p. 134-147, Mars. 1991.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BARTH, Fredrik. *Process and form in social life. Selected essays of Fredrik Barth. Volume I*. London, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BARTH, Fredrik. *Sohar. Culture and Society in a Omani Town*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1983.
- CERUTTI, Simona. *Microhistory: social relations versus cultural models?* In: CASTRÉN, Anna-Maija, LONKILA, Markku, PELTONEN, Matti. *Between Sociology and History. Essays on Microhistory, Collective Action, and Nation-Building*. Helsinki: SKS / Finnish Literature Society, 2004. p. 17-40.
- FRAGOSO, João. *Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial*. In: ALMEIDA, Carla, OLIVEIRA, Mônica (orgs.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 27-48.
- GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOUBERT, Pierre. *Cent Mille Provinciaux au XVIIe siècle – Beauvais et Le Beauvaisis de 1600 à 1730*. Paris: Flammarion, 1968.
- GRENDI, Edoardo. *Il Cervo e la repubblica. Il modello ligure di antico regime*. Torino: Giulio Einaudi editore s.p.a., 1993.
- GRENDI, Edoardo. *Polanyi: dall'antropologia economica alla microanalisi storica*. Milano: Etas Libri, 1978.
- KULA, Witold. *Teoria Económica do Sistema Feudal*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. *Centro e Periferia di uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- LEVI, Giovanni. Entrevista concedida a Juan José Marin. *Revista de História*, Heredia (Costa Rica), n. 41, p. 131-148, En.-Jun. 2000.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas* (trad.). São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 133-62.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, Henrique Espada. E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social. *Revista Esboços (UFSC)*, Florianópolis, n. 12, p. 53-74, 2004.
- POLANYI, Karl. *The Great Transformation. The political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1957.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.